



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

Ref.: - Licitação modalidade Tomada de Preços nº 02/2018, Processo nº 66/2018.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA**, em face da **RESCISÃO UNILATERAL** em 17 de janeiro de 2019, do **Contrato nº 39/2018 de Prestação de Serviços** celebrado em 12 de julho de 2018 entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO** e a empresa contratada **RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA**, referente ao **Processo nº 66/2018** da licitação modalidade **Tomada de Preços nº 02/2018**, do Tipo **"Menor Preço Global"**, que tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Elétrica**, devidamente cadastrada no **CREA**, incluindo **Profissional Habilitado**, para **Execução da Troca de 116 Braços Completos de Iluminação Pública com Luminária Fechada e Integrada com Difusor e Lâmpada Vapor de Sódio em Diversas Vias do Bairro Jardim Talarico**, neste município de **Bebedouro/SP.**, mediante a transferência de recursos financeiros do **CONVÊNIO Nº 527/2017** que entre si celebraram o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio da **CASA CIVIL**, esta por sua **SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS**, e o **MUNICÍPIO DE BEBEDOURO**, e com contrapartida do **MUNICÍPIO**, **PROCESSO CC Nº 1301990/2017**, incluindo: **material, mão-de-obra, equipamentos, transportes, ferramentas, encargos e leis sociais**, enfim tudo às expensas da **CONTRATADA**, e em conformidade com as especificações e condições constantes do **Edital nº 50/2018** da licitação modalidade **Tomada de Preços nº 02/2018** e seus respectivos **Anexos: 2 - Projeto Básico, 3 - Memorial Descritivo, 4 - Planilha Orçamentária e 5 - Cronograma Físico-Financeiro** e da **proposta de preços, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro** apresentados pela **CONTRATADA**, com respaldo legal no **artigo 78, inciso I** combinado com o **artigo 79, inciso I**, da **Lei Federal nº 8.666/93**, atualizada pelas **Leis Federais nºs: 8.883/94, 9.032/95, 9.069/95, 9.648/98 e 9.854/99** e ulteriores alterações e com amparo nas **Sub-Cláusulas: 12.12. e 12.13. da Cláusula Décima Segunda: Das Sanções pelo Inadimplemento** do mesmo **Contrato nº 39/2018**.

Procedendo à análise das razões arguidas pela empresa recorrente, **entendo** que o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa recorrente **RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA**, deve ser **improvido**, acolhendo a **manifestação** constante do **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que assim opinou:

“(…)

II - DO PARECER



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

3. A empresa protocolou o presente recurso não se conformando com a rescisão unilateral do contrato, em suas razões alegou que, por diversas vezes solicitou a alteração de cláusula do contrato e não foi atendida pela Administração Pública.

4. No presente caso, temos que, a justificativa da empresa já foi respondida anteriormente por essa Assessoria diversas vezes. O descontentamento da empresa estava claro e evidente no edital, sendo assim, o direito da empresa está precluso, ou seja, a mesma deveria ter impugnado o edital, mas nas palavras da mesma em duas razões, anteriormente protocolados, optou por não fazê-lo. Sendo certo que não é possível discutir o edital, após terminada a licitação, nos termos do art. 41 da Lei de Licitações:

Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Assim, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública, frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. Nas palavras do doutrinador Marçal Justen Filho: **“Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se das faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido.”** (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, edição 11, pag. 402)

Todavia, no caso em tela, a cláusula que a empresa não concorda não invalida o edital, tendo em vista que a Administração tem contratos em andamento com outras empresas no mesmo sentido, ou seja, com a cláusula que a empresa entende estar erroneamente no contrato e deseja retirá-la.

5. Somado a isso, temos que, o §2º do art. 41, da Lei de Licitações que estabelece o prazo para o interessado impugnar o edital, sob pena de preclusão, vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

“Art. 41 - (...)”

§2º - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Assim, temos que no momento que a empresa não impugnou o edital no prazo estabelecido, o mesmo está precluso. O professor Marçal Justen Filho, destaca: **“O art. 41, §2º, deve ser interpretado no sentido de evitar a má-fé e a desídia. Certamente, o sujeito que arguir tardiamente o vício de ilegalidade não pode ser premiado.”** (Comentários a Lei de Licitações e Contratos, ed. 11, pag. 404).

No mesmo sentido, temos a decisão consumado no julgamento do REsp nº 402.711/SP, em que se afirmou que: **“4. A impetrante, outrossim, não impugnou as exigências do edital e acatou, sem qualquer protesto, a habilitação de todas as concorrentes. 5. Impossível, pelo efeito da preclusão, insurgir-se após o julgamento das propostas, contra as regras da licitação”** (rel. Min. Jose Delgado, j. em 11.6.2002).

Ou seja, a questão não reside na pura e simples omissão de impugnar as condições do edital, mas na participação no certame, sem ressalvas. Somam-se duas condutas distintas: ausência de impugnação (atuação omissiva) e participação no certame (atuação Ativa), permitindo extrair-se a inferência de que o sujeito manifestara sua concordância com as condições estabelecidas e a renúncia a discordâncias.

6. Sendo assim, temos que, este claro e evidente que a empresa não pode querer discutir as cláusulas do contrato nesse momento, deveria tê-lo feito no momento oportuno, qual seja, impugnação do edital. Todavia, só a título de argumentação no mérito do recurso, o Departamento de Engenharia e Obras, em múltiplas ocasiões já respondeu, nos outros ofícios da empresa.

Desta maneira, em conclusão, a empresa teve várias oportunidades de assinar o contrato e não o fez, em seu recurso, repetidamente, solicitada a retirada da cláusula, o que já foi negado por esta Administração, anteriormente, em inúmeras ocasiões. Consequentemente, a rescisão unilateral é a melhor solução para a Administração.

III - DA CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

*7. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, **OPINO** pelo **Não provimento do Recurso e prosseguimento da rescisão unilateral com a possível contratação dos demais classificados, observada a ordem de classificação.***

(...)”

Isto posto, submetido à minha superior análise para final decisão, **acolho a manifestação** constante do **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e **DECIDO** pelo conhecimento do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa recorrente **RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA**, e no mérito pelo **NÃO PROVIMENTO** do mesmo, mantendo-se a decisão recorrida de **RESCISÃO UNILATERAL** do **Contrato nº 39/2018** por seus próprios termos e fundamentos, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Bebedouro/SP., 31 de janeiro de 2019.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL